

SINAL VERDE PARA A CONVERSÃO

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS RECEBE APOORTE DE R\$ 32,5 BILHÕES

>>> RENATO VILELLA

A recuperação de pastagens degradadas ganhou um impulso e tanto em 2025. O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) anunciou, em novembro do ano passado, o primeiro aporte de recursos, da ordem de R\$ 32,5 bilhões, para o Programa “Caminho Verde”, com foco nos investimentos voltados para a conversão de áreas degradadas para a produção de alimentos. Os recursos serão financiados por bancos, com juros abaixo dos de mercado, e começarão a ser acessados a partir deste ano. A meta do programa é converter 40 milhões de ha de áreas degradadas em sistemas produtivos sustentáveis num prazo de dez anos.

O Caminho Verde – novo nome do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPS), lançado pelo governo federal em 2023 – faz parte da carteira de financiamento do Ministério da Fazenda, o Eco Invest Brasil. Serão aportados R\$ 16,5 bilhões do Tesouro Nacional e outros R\$ 16 bilhões sairão de bancos (10 no total). **O Governo Federal espera recuperar de 1,4 milhão de hectares**

(compromisso assumido pelos bancos) **a 3 milhões de ha no final do primeiro ano de projeto.**

De acordo com Pedro Cunto, assessor especial do Mapa, não há taxa de juros pré-determinada para a tomada dos recursos. “Os bancos terão liberdade para calibrar (as taxas) de acordo com sua carteira e poderão trabalhar com juros diferenciados para cooperativas, por exemplo”, afirma.

A expectativa é que as instituições tenham o Plano Safra como referencial para formatar seus modelos de financiamento. “Se o banco oferecer o dinheiro a um custo elevado, o produtor não vai pegar”, afirma. A operação com as instituições financeiras terá duração de dez anos, com período de carência a partir de dois anos.

Na esteira do Caminho Verde, **o Mapa anunciou um acordo com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para expandir as áreas de recuperação.** A iniciativa – que tem como foco pequenos e médios produtores do bioma Cerrado – **injetará US\$ 1 bilhão** para a conversão destas áreas em sistemas de produção sustentável. O montante será dividido em



duas parcelas de US\$ 500 milhões em capital catalítico [*investimento que busca reduzir o risco de projetos de impacto social ou ambiental, para atrair capital privado*], a primeira disponível ainda este ano e a segunda em 2027. O Brasil dispõe de 165 milhões de ha de pastagem, dos quais estima-se que 100 milhões de ha (60%) apresentam algum nível de degradação, médio ou severo.

MONITORAMENTO CONSTANTE Os programas de conversão de pastagens degradadas estão alicerçados num protocolo de boas práticas agropecuárias, descrito no Manual Operacional elaborado pela Embrapa. A instituição ajudou não somente a definir as práticas, mas a desenvolver mecanismos de monitoramento destas ações, que incluem, por exemplo, **a redução nas emissões de carbono, uma das regras do programa.** Para Patrícia Menezes Santos, pesquisadora da Embrapa Pecuária Sudeste, de São Carlos (SP), viabilizar o monitoramento é essencial para que o programa tenha credibilidade internacional. Ela integra um grupo de trabalho que dá suporte ao programa.

Vale destacar que, diferentemente do que acontece na modalidade de crédito rural, onde as fiscalizações para certificar o aporte de recursos são feitas por amostragem, no caso dos programas (Caminho Verde e o do JICA) **todas as operações serão fiscalizadas.** “Os bancos terão que se estruturar para comprovar que todas as práticas estabelecidas nos programas estão sendo cumpridas”, afirma o assessor especial do Mapa. Segundo ele, a princípio, o monitoramento será feito com o uso de satélites, drones, imagens georrefe-

renciadas e assistência técnica, mas que as análises serão ainda mais rigorosas com o uso da tecnologia. “Os japoneses dispõem de satélites que conseguem captar imagens mesmo em dias nublados, o ano inteiro”, diz.

Para participar do Caminho Verde é preciso obedecer aos critérios de elegibilidade, baseados em indicadores como o percentual de solo descoberto da área e de infestação por plantas invasoras. Quem acessar o programa deverá apresentar um projeto técnico, elaborado por um profissional responsável por descrever as práticas no campo. Há protocolos de caracterização de pastagens degradadas para todos os biomas, incluindo pastos nativos e implantados.

Para Patrícia Santos, da Embrapa, é importante tanto para os órgãos financiadores quanto para os profissionais que haja clareza na identificação do que é uma pastagem degradada, “desde o conceito até os indicadores de campo”. “O Caminho Verde é parte de um movimento que o País precisa fazer para discutir como essas áreas degradadas serão ocupadas daqui para frente. É um programa altamente relevante e estratégico para o Brasil”, afirma.

PASSIVO ACUMULADO A degradação das pastagens cobra um preço alto dos produtores. De acordo com Maurício Palma Nogueira – diretor da consultoria paulista Athenagro e coordenador do Rally da Pecuária –, em 2024 o custo do processo de degradação foi equivalente a R\$ 33 para cada arroba produzida durante o ano. Considerando a produção brasileira de 11,8 milhões de toneladas de carne bovina e uma área de 160,5 milhões de ha de pastagens, o resultado é 73 kg/ha, o equivalente a 4,9@/ha. Ou seja, **a degradação “roubou” R\$ 26 bilhões dos pecuaristas em 2024.** Em dólares (R\$ 5,40 na média daquele ano), equivaleria a US\$ 4,8 bilhões, 37% do valor que o Brasil exportou em carne bovina naquele ano.

“Pouco mais da metade desse total refere-se a pastagens que precisarão ser recuperadas ou reformadas. Como os recursos necessários não são usados anualmente, o processo de degradação gera um passivo que se acumula”, explica. Segundo Nogueira, o custo de recuperação é cerca de 60% do gasto de uma reforma. “Isso evidencia a importância de se evitar que o pasto chegue ao último estágio do processo de degradação e precise ser reformado”, complementa.

De acordo com a Athenagro, computando todas as áreas degradadas e as que estão em processo, o custo total da degradação aos produtores, entre 1990 e 2024, foi de R\$ 981 bilhões, em valores corrigidos. Segundo estimativas da consultoria, **seriam necessários de R\$ 140 bilhões a R\$ 150 bilhões em investimentos para reformar toda a área de pastagens em estado avançado de degradação.** É preciso ainda considerar os investimentos para a manutenção do vigor dos pastos após a recuperação. “Não basta recuperar e/ou reformar o que degradou. É preciso estancar o processo de degradação”, alerta.

Vale ressaltar que, como mostrou o *Anuário DBO* ano passado, dos 40 milhões de hectares vislumbrados, apenas 27,7 milhões serão alvo do programa no seu início, por atenderem a três pré-requisitos: as propriedades devem estar inscritas no CAR (Cadastro Ambiental Rural); não apresentarem ocorrência de desmatamento desde 2008; e possuírem fatores biofísicos – declividade, precipitação e déficit hídrico – que as credenciam à recuperação ou conversão. Dos 106 milhões de ha de pastagens degradadas do Brasil, 88 milhões (82%) estão localizados em propriedades inscritas no CAR, mas somente 46% (40,7 milhões de ha) não apresentaram desmatamento após 2008. ■



www.walbor.com.br

(11) 2721.2756

☎(11) 94880.3073

TINTAS PARA FAZENDA

Proteção e beleza com maior rendimento

Madeiras, Ferragens e Alvenaria.